

Trump ameaça taxar em 50% produtos brasileiros

Lula ameaça reciprocidade à pressão em defesa de Bolsonaro

Por Karoline Cavalcante

Na manifestação mais contundente já feita pelo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump (Republicano), contra o governo brasileiro, a Casa Branca divulgou nesta quarta-feira (9) uma carta pública endereçada ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), anunciando a imposição de uma tarifa de 50% sobre produtos importados do Brasil. A nova taxação entra em vigor no dia 1º de agosto.

Segundo o documento, os dois países tiveram anos para discutir o que o governo norte-americano considera uma relação comercial “muito injusta”, marcada por políticas tarifárias e barreiras comerciais. “Por favor, entenda que o número de 50% é muito menor do que o necessário para garantir a igualdade de condições que precisamos com o seu país. E isso é necessário para retificar as graves injustiças do regime atual”, diz o trecho.

Bolsonaro

Entre as justificativas apresentadas, Trump voltou a defender o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), atualmente réu no Supremo Tribunal Federal (STF), acusado de participar de uma tentativa de golpe de Estado em 2022. Trump classificou o julgamento como uma “caça às bruxas” que, segundo ele, “precisa terminar imediatamente.”

A carta também menciona supostos “ataques insidiosos” do Brasil às eleições livres e à liberdade de expressão nos Estados Unidos. Como exemplo, Trump citou decisões do Supremo Tribunal Federal (STF)



Alan Santos/PR

Pressão de Trump em favor de Bolsonaro acaba por prejudicar o país

contra plataformas de redes sociais norte-americanas, que foram multadas e banidas do mercado brasileiro por descumprirem ordens judiciais. A crítica coincide com uma ação da Justiça da Flórida que, na última segunda-feira (7), intimou novamente o ministro Alexandre de Moraes, em processo movido pela Trump Media & Technology Group (TMTG) e pela plataforma Rumble. Desde fevereiro, as empresas acusam o magistrado de “tentativa de censura.”

Reciprocidade

Diante do anúncio, o presidente Lula convocou uma reunião ministerial de emergência na noite de quarta-feira (9). O encontro, que durou cerca de uma hora, contou com a presença do vice-presidente e ministro da Indústria e Comércio, Geraldo Alckmin, e dos ministros Fernando Haddad (Fazenda), Mauro Vieira (Relações Exteriores), Gleisi Hoffmann

(Relações Institucionais), Rui Costa (Casa Civil) e do assessor especial para Assuntos Internacionais, Celso Amorim.

Ao final da reunião, Lula subiu o tom: afirmou que o Brasil é um país soberano, com instituições independentes, e que não aceitará ser tutelado por ninguém. Disse ainda que qualquer elevação unilateral de tarifas será respondida com base na Lei de Reciprocidade Econômica, em vigor desde abril deste ano, e que teve como relatora uma opositorista do governo, a senadora Tereza Cristina (PP-MS), que foi ministra da Agricultura no governo Bolsonaro. O presidente também rebateu a alegação de déficit comercial dos EUA em relação ao Brasil.

Sobre o julgamento dos envolvidos na tentativa de golpe de Estado, Lula declarou que se trata de uma questão interna. “É de competência apenas da Justiça brasileira e, portanto, não está sujeito a nenhum tipo de ingerência ou ameaça que

fira a independência das instituições nacionais.”

Mais cedo, o Itamaraty convocou o encarregado de Negócios da embaixada dos EUA, Gabriel Escobar, para prestar esclarecimentos sobre uma nota emitida pela representação diplomática em apoio a Bolsonaro, reiterando o posicionamento de Trump.

Eleições 2026

Para o cientista político e professor da ESPM, Fabio Andrade, as declarações de Trump devem ser analisadas sob duas óticas: a comercial e a política, especialmente no contexto do discurso da direita e da liberdade de expressão.

Ele avalia que a defesa de Bolsonaro é parte de uma estratégia ideológica aliada à pressão econômica.”É um complemento de ideologia com economia. Então, na medida em que o governo norte-americano se sente ameaçado, vai direcionar mais a carga.”

Por pedido de vista, CCJ adia votação da PEC da Segurança

Por Gabriela Gallo

Após o um pedido de vista coletivo, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados adiou a votação da Proposta de Emenda à Constituição que reformula o modelo da segurança nacional (PEC 18/2025). O relator da PEC da Segurança Pública na Câmara, deputado Mendonça Filho (União Brasil-PE), apresentou o relatório final da proposta nesta quarta-feira (9) na CCJ. Em seu relatório, Mendonça Filho retirou um trecho da medida que concedia à União exclusividade na legislação sobre “normas gerais de segurança pública, defesa social e sistema penitenciário” brasileiro. Atualmente, essas regras também contam com participação dos estados.

“Medidas centralizadoras, como a ora examinada, violam a identidade do arranjo federativo previsto para a segurança pública e devem ser inadmissíveis de pronto”, argumentou o parlamentar durante sessão na comissão da Casa.

Na véspera da sessão na CCJ, na noite desta terça-feira (8), Mendonça Filho concedera uma entrevista coletiva à imprensa na qual adiantou os principais pontos do relatório. Ao citar a retirada com trecho, medida que ele informou ter comunicado previamente ao ministro de Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski,



Lula Marques/Agência Brasil

Mendonça avisou a Lewandowski as mudanças que fez

ki, ele disse que considera que a medida “conflita com o pacto federativo”.

“Política pública que atua na ponta – segurança, saúde e educação – precisa fundamentalmente da atuação de estados e municípios. E, no caso de política de segurança pública, é impossível se combater o crime na ponta se não tiver fortalecido o papel dos estados”, completou o parlamentar na coletiva.

Apesar de a mudança ter sido elogiada tanto por parlamentares da base governista quando por congressistas da oposição, deputados opositoristas tentaram propor uma

obstrução da medida, manifestando total contrariedade à medida. A sessão foi marcada por bate-boca e embates entre os parlamentares. A líder da minoria na Câmara, deputada Caroline De Toni (PL-SC), classifica que a medida será ineficiente para, de fato, combater o crime organizado.

“A Polícia Federal não tem estrutura para combater o crime organizado, não cuida das fronteiras e nem do contrabando”, defendeu De Toni, complementando que “a União quer abraçar peculiaridades de diferentes naturezas que tem no país com uma única solução”.

CORREIO BASTIDORES

POR FERNANDO MOLICA



Divulgação

Castro diz que ninguém imaginava taxa de 50%

Para exportador, sobretaxa de Trump é “para inimigo”

Presidente da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB), José Augusto de Castro se disse surpreso com a sobretaxa de 50% aplicada por Donald Trump a produtos brasileiros. “Isso só se faz com o pior inimigo”, afirmou. Segundo ele, o empresário esperava uma sobretaxa em torno de 10%. A medida, ressaltou, inviabiliza uma série de exportações para os Estados

Unidos e afeta, principalmente, produtos manufaturados. “Houve falta de bom senso”, reclamou. Castro revelou ter esperança de que o presidente norte-americano, como fez outras vezes, volte atrás em sua decisão. Ressaltou que a medida complica também exportações para outros países, que podem temer contrariar um país poderoso como os Estados Unidos.

Vara curta

Mais cedo, antes do anúncio da sobretaxa, ao falar com a coluna, Castro avaliou que o Brasil, durante o encontro do Brics, havia “cutucado a onça com vara curta”. Para ele, a realização da reunião no Rio e declarações do presidente Lula irritaram o governo norte-americano.

Cuidados

Ele frisou que o Brics reúne os dois principais rivais dos Estados Unidos, a China e a Rússia, e que houve “falta de cuidado” do governo brasileiro. “Nós não temos cacife para isso”, completou. Ressaltou que mesmo os poderosos chineses são mais cautelosos com os EUA.



Joédson Alves/Agência Brasil

No encerramento do encontro, Lula criticou Trump

Taxa de 10% já causaria problemas para exportadores

Na avaliação do presidente da AEB, mesmo uma imposição de sobretaxa de 10% geraria problemas a produtos brasileiros — isso, mesmo se os exportadores conseguissem adequar seus preços. Isso porque, para o mundo, ficaria a imagem de encarecimento do que é produzido por aqui. Ele destacou que o momento

não é bom para dificultar exportações, que estão em queda. Na semana passada, a Secretaria de Comércio Exterior admitiu que, este ano, a balança comercial deverá ter saldo positivo de US\$ 50,4 bilhões, contra US\$ 74,2 bilhões no ano passado. “Desse jeito, estamos importando desemprego”, lamenta.

Apoio ao PT

Prestes a abandonar a federação com o PSDB e formar uma outra, com o PSB, o Cidadania já dá como muito provável o apoio, em 2026, à reeleição do presidente Lula. Em 2022, no primeiro turno, o partido ficou com Simone Tebet; no segundo, foi com o petista.

Que país?

Ministra do STF, Cármen Lúcia vai debater, em agosto, com o cantor Chico César. O tema será “Que país é este?”, poema de Affonso Romano de Sant’Anna, aquele do “Uma coisa é um país, outra um ajuntamento/ Uma coisa é um país, outra um regimento”.

Polarização

Para um dirigente do partido, não será possível, na próxima eleição, romper com a polarização entre petismo e bolsonarismo — e a questão da democracia, destaca, será decisiva. Em agosto, grupos de trabalho do PSB e do Cidadania começam a detalhar a federação.

Fidelidade

A conversa, no Museu do Amanhã, faz parte do projeto “Sempre um papo — Palavra acesa”, do escritor e produtor cultural Afonso Borges. No próximo dia 29, a escritora Eliana Alves Cruz e o poeta Fabrício Carpinejar vão falar sobre “Soneto de fidelidade”, de Vinicius de Moraes.